

“Deram um barraco der

MONTENEGRO - A CPI do Loteamento Bela Vista (PSH) do bairro Estação teve três depoimentos na manhã da última quinta-feira, dia 18, na Câmara de Vereadores. Por mais de duas horas, foram ouvidos o Engenheiro João Collares e o arquiteto Odyr José Dupont, na época conselheiros do Conselho Municipal Gestor de Habitação e Interesse Social, integrantes da Comissão de Acompanhamento da construção das 166 casas, e o ex-presidente da União Montenegrina de Associações Comunitárias (UMAC), João Santos. A condução dos trabalhos coube ao presidente da CPI, Vereador Talis Ferreira (PR), juntamente com a relatora Rose Almeida (PSB) e Valdecir de Castro (PSB).

sidente da UMAC, João Santos, fez duras críticas ao Poder Público de Montenegro. Classificou o projeto de moradia popular criado pelo governo federal como um dos “melhores”

“o PSH precisa ser uma comunidade, não pode ser um refúgio de drogas e dor”

“Com estes recursos era impossível construir uma residência”

res vistos no país”, sendo bem sucedido em várias cidades. “Infelizmente, em Montenegro a situação foi diferente. Não houve contrapartida adequada, o Município e o Estado entraram com uma contrapartida irrisória, o que acarretou os problemas atuais”.

“Só dizer que o recurso era pouco não justifica”

“Conjunto de erros”
Assim que encerrou o depoimento de Collares foi à vez do arquiteto Odyr José Dupont entrar na sala.

to de Collares foi à vez do arquiteto Odyr José Dupont entrar na sala. Mais conhecido como “Peninha”, ele disse que o tema “Casas do PSH” é muito complexo. Segundo “Peninha”, o PSH do Bairro Estação é um “conjunto de erros”, classificando-o como uma habitação de péssima qualidade, que não tem estrutura adequada. Quanto ao conjunto de equívocos, Peninha disse que estes começam pela concepção do plano. Também abordou a fiscalização do Município, qualificando que, historicamente, ela é frágil, não sendo diferente neste processo. “Só dizer que o recurso era pouco não justifica” afirma.

Para ele, a parte de saneamento foi negligenciada. Indo mais além, Peninha alertou que, mesmo que as casas tivessem sido entregues com qualidade, não estaria solucionado o problema desta comunidade. Justificando, explicou que precisaria haver uma estrutura de convivência social: “o projeto social também falhou”. E chamou a atenção para o fato de que “o PSH precisa ser uma comunidade, não pode ser um refúgio de drogas e dor”.

12 de areia e um de cimento

“Se as pessoas estão morando, é porque as casas foram recebidas”

“Não existe milagre na construção civil, existe o que sentenciou como gambiarra”

João igualmente possui o entendimento que este seria um projeto embrião. “Quando cheguei ao Conselho, a situação já estava no Ministério Público”, lembra.

Durante seu depoimento, João contou ainda que chegaram a ele relatos de que a argamassa feita era de 12 de areia e uma de cimento, o que prejudica a qualidade da obra. Indignado, disse que isto é um “absurdo”. Prosseguiu contando que foi visitar um amigo que teria sido contemplado com uma casa no PSH. “Ele me mostrou a casa e pediu para que passasse a

mão na parede. Fiquei com o reboco nas mãos, de tão ruim”, conta.

Com lágrimas nos olhos, João Santos completou: “a casa não tinha piso, forro e a porta externa, na verdade, era a interna. Revoltou-me a forma como foram entregues estas casas”. Acrescentou: “no meu ponto de vista, existiram problemas, inclusive no projeto. Fazer em um único lote três a quatro casas acabou com qualquer possibilidade de ampliação destes imóveis pelos beneficiados, no futuro”. “Estas famílias foram colocadas lá sem as mínimas condições. Deram um barraco derrubado para as famílias”, falou. Outra declaração impactante do depoente: “não existe milagre na construção civil, existe o que sentenciou como gambiarra, já que os valores seriam insuficientes

Casas de R\$10.500

A primeira oitiva foi com o engenheiro João Collares, que iniciou falando sobre os aditivos financeiros empregados na construção destas casas, buscando uma melhor qualidade. Citou que as moradias foram recebidas pela Prefeitura, sendo que um

arquiteto atuava como fiscal da obra, que iniciou no segundo semestre de 2008. Collares explicou que, na época, havia uma curiosidade para se entender como seria possível construir-se uma casa de 48m², com R\$ 10.500,00. “En-

quanto Conselho, esta era nossa preocupação”, disse. Ele lembrou que em outros municípios o custo das casas era acima de R\$ 30 mil, o que seria mais próximo da realidade. Em sua análise, com R\$ 10.500,00 poderia ser feito apenas um “embrião”, ou seja, parte de uma casa, como o banheiro e a estrutura sanitária adequada. “Com estes

recursos era impossível construir uma residência”, calcula. Chamou a atenção também para a necessidade de manutenção destas residências, por parte dos contemplados. Alertou que os próximos projetos habitacionais sejam analisados com mais cautela. E recorda que na época chegou a sugerir uma inspeção técnica nas casas.